

JULHO 2023

38ª EDIÇÃO

# GAZETA DO POVO

REVISTA



**Cancelar concessão  
por "crime de opinião"  
é medida ditatorial**

O que você precisa saber  
sobre o Grupo Wagner e a  
disputa de poder na Rússia

Voto de Benedito Gonçalves no  
TSE pode ampliar investigações  
contra Bolsonaro

# Índice

Editorial: Cancelar concessão por “crime de opinião” é medida ditatorial 04

---

Francisco Razzo: “Cheguei lá, era uma festa de axé. Não, não dá” 13

---

Filipe Figueiredo: O que você precisa saber sobre o motim do Grupo Wagner e a disputa de poder na Rússia 21

---

Voto de Benedito no TSE extrapola sua competência e pode ampliar investigações contra Bolsonaro 35

---

Os bastidores da derrota do governador Tarcísio ao tentar mudar a TV Cultura 43

---

Dois terços dos californianos afirmam que estão pensando em deixar o estado 50

---

Ricos ou pobres, conservadores são mais felizes, conclui estudo com quase dois milhões de pessoas 57

---



**USUÁRIO DE ANDROID:** PARA NAVEGAR UTILIZANDO OS LINKS DE PÁGINA VOCÊ PRECISA DO APP [ACROBAT READER](#)



A LIBERDADE  
FORTALECE  
A VERDADE

JORNADA

## Liberdade de Expressão

Ganhe os  
melhores  
argumentos  
para vencer  
a censura.

- ◆ *Curso exclusivo sobre liberdade de expressão*
- ◆ *E-book “Argumentos Sobre a Liberdade”*
- ◆ *Série “Narrativas da Censura”*

*Inscreva-se agora*





*Além do cancelamento das outorgas da empresa, o MPF pede o pagamento de mais de R\$ 13 milhões por supostos danos morais coletivos pelos conteúdos veiculados | Foto: Jovem Pan / Divulgação*

## | Editorial

# Cancelar concessão por “crime de opinião” é medida ditatorial

Desde o período eleitoral a liberdade de expressão tem sido agredida como nunca se havia visto no Brasil desde a redemocratização, quase 40 anos atrás: houve censura prévia contra documentários, a imposição de direitos

de resposta claramente inverídicos, a remoção costumeira de conteúdos verídicos que desagradavam candidatos e, mais recentemente, a intimidação contra quem critica determinados projetos de lei. Parecia difícil que pudéssemos ver algo ainda mais drástico, mas o Ministério Público Federal em São Paulo acaba de demonstrar que sempre é possível avançar ainda mais na repressão ao discurso livre. Em ação civil pública, os procuradores Yuri Corrêa da Luz e Ana Letícia Absy pretendem algo que apenas a ditadura militar havia realizado até agora: cassar concessões de telecomunicação.

O alvo é a Jovem Pan, a mesma emissora que, às vésperas do segundo turno da eleição presidencial, fora obrigada a veicular um direito de resposta com informações equivocadas sobre os processos judiciais contra o então candidato

Lula. Os procuradores querem que a Justiça cancele três concessões de rádio pertencentes ao grupo de comunicação, alegando que a programação veiculada pela emissora, especialmente nos programas Os Pingos nos Is, 3 em 1, Morning Show e Linha de Frente, cometera ilegalidades como “prejudicar a confiança dos ouvintes nos processos democráticos realizados no país”, “deslegitimar os poderes constituídos, sobretudo membros do Poder Judiciário e do Poder Legislativo”, “incitar a desobediência à legislação e a decisões judiciais”, “incitar a rebeldia, a indisciplina e mesmo a intervenção das Forças Armadas brasileiras sobre as instituições e os poderes civis constituídos” e “incentivar a população à subversão da ordem política e social”, o que violaria o artigo 53 do

Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei 4.117/62).

*A retirada de concessões de veículos de comunicação por “crimes de opinião” é sinal de que o autoritarismo avança a passos largos no país*

No entanto, o material que os procuradores reúnem ao longo das cerca de 200 páginas da ação civil pública nem de longe configura o tipo de incitação que o MPF tenta atribuir à emissora.

Nos trechos citados na ação, os comentaristas dizem que a resposta da Justiça Eleitoral aos questionamentos sobre a segurança das urnas eletrônicas é insuficiente; que o Supremo Tribunal Federal tem postura ativista produz insegurança jurídica; que decisões do ministro

Alexandre de Moraes violam a Constituição; que ministros das cortes superiores são hostis a Jair Bolsonaro; que as manifestações do período pós-eleitoral deveriam ser direcionadas a fazer pressão sobre o Congresso Nacional para que exercesse bem sua função de contrapeso ao Judiciário; que os desmandos do STF precisam ser contidos pelas demais instituições, de acordo com suas atribuições legais; que o Senado e seu presidente, Rodrigo Pacheco, se omitem quando não abrem processos de impeachment de ministros do STF.

No limite, o que existe é também uma interpretação equivocada do artigo 142 da Constituição, que trata das funções das Forças Armadas e à qual já nos referimos exaustivamente neste espaço, tanto sobre a interpretação em si quanto sobre o “erro de proibição” e o “erro de tipo” em que incorre



quem assim pensa, e que dificulta sua responsabilização objetiva.

Impossível, portanto, caracterizar as manifestações dos comentaristas da Jovem Pan como incitação de qualquer tipo ao cometimento de crimes ou a rupturas democráticas.

O que temos, sim, é a crítica às instituições e à maneira como vêm atuando, mas esta crítica está explicitamente protegida pela legislação.

A Lei dos Crimes Contra o Estado Democrático de Direito (14.197/21) o deixou bem claro ao inserir no Código Penal o artigo 359-T: “Não constitui crime previsto neste Título a manifestação crítica aos poderes constitucionais nem a atividade jornalística ou a reivindicação de direitos e garantias constitucionais por meio de passeatas, de

reuniões, de greves, de aglomerações ou de qualquer outra forma de manifestação política com propósitos sociais” (destaque nosso). Pouco importa, assim, se a crítica é mais ou menos veemente, se é sensata ou se não faz sentido algum, até mesmo se é ou não verdadeira: essa manifestação está legalmente protegida e jamais poderia servir de pretexto para qualquer tipo de repressão legal, muito menos para a retirada de uma concessão de radiodifusão.

Além do abismo entre os ilícitos imputados pelos procuradores e o conteúdo concreto das manifestações que se tenta criminalizar – a ponto de exigir que muitas vezes os autores da ação deem sua própria interpretação, atribuindo aos comentaristas determinadas intenções ou opiniões –, chama também a atenção o uso abundante, no texto da ação, de conceitos

criados *ad hoc* durante o período eleitoral para justificar as decisões de censura.

Destaca-se, aqui, o de “desordem informacional”, que esta Gazeta definiu, quando de sua criação pelo TSE, como “uma série de informações cuja veracidade é incontestável, mas que levam a conclusões indesejadas”, mas também são mencionadas “desinformação em larga escala”, “caos informativo”, “ataque às instituições” e, como não poderia deixar de ser, “fake news”, nem sempre na acepção exata do termo, referente a conteúdos factuais comprovadamente falsos.

O que temos, portanto, é uma enorme sequência de criminalização de opiniões que não são criminalizáveis, apoiada pelo uso de conceitos que também não constituem nenhum ilícito legalmente definido, usada para se solicitar

uma medida completamente desproporcional que traz de volta os abusos verificados no regime militar brasileiro e o de ditaduras de esquerda como a venezuelana e a nicaraguense.

Cabe ao Judiciário responder ao ativismo militante dos procuradores do Ministério Público Federal com a defesa sólida das liberdades de expressão e de imprensa, pois a retirada de concessões de veículos de comunicação por “crimes de opinião” é sinal de que o autoritarismo avança a passos largos no país.



[Voltar ao índice](#)



## Francisco Razzo



*Festa de São João em Campina Grande (PB) | Foto: Prefeitura Municipal de Campina Grande/Facebook*

**“Cheguei lá, era uma festa de axé. Não, não dá”**

Das festas tradicionais brasileiras, minhas melhores lembranças de infância vêm das festas de São João. De tradição católica do interior de São Paulo, acendemos a fogueira com toda a



devoção caipira: Viva São João! E a comilança? Em casa, ao som de Luiz Gonzaga e bandeirinhas coloridas, a tradição é reunir a família para preparar e depois comer a canjica, o bolo de milho, o pé de moleque, a pamonha, a paçoca, a pipoca, o churrasquinho e encher a cara de quentão e vinho quente. Como meu sogro descende de libaneses, introduzimos no cardápio o churrasquinho de kafta. Obviamente, há limites que precisam ser preservados. Por exemplo, em festa de São João se toca música de festa de São João:

*Mandacaru quando fulora na seca*

*É o sinal que a chuva chega no sertão*

*Toda menina que enjoa da boneca*

*É sinal que o amor já chegou no coração*

*Meia comprida, não quer mais sapato baixo*

*Vestido bem cintado, não quer mais vestir timão*

Notem a beleza desta frase: Mandacaru quando fulora na seca é o sinal que a chuva chega no sertão. O mandacaru é um cacto nativo do Brasil que floresce na seca. Ao florescer, o mandacaru traz a esperança de que haverá chuva num sertão castigado pela seca. A flor do mandacaru anuncia essa mudança de tempo assim como a menina indica que mudou ao enjoar da boneca.

*Há limites que precisam ser preservados. Por exemplo, em festa de São João se toca música de festa de São João, não axé*

O Xote das Meninas, forró clássico de Luiz Gonzaga, aborda características comuns de uma adolescente apaixonada. Agora, o valor é dado à aparência: Meia comprida, não quer mais

sapato baixo. Vestido bem cintado. Distraída, ela sonha acordada. Preocupado, o pai a leva ao médico. Porém, o problema não é doença, é o amor. Ela só pensa em namorar...

*Mas o dotô nem examina*

*Chamando o pai do lado, lhe diz logo em surdina*

*Que o mal é da idade e que pra tal menina*

*Não tem um só remédio em toda medicina*

Enfim, tudo isso para dizer que concordo com Astrid Fontenelle: em festa de São João se toca forró, não axé. No fim de semana passado, fui surpreendido com uma discussão que rolou entre Gabriela Prioli e Astrid, no Saia Justa, do GNT. Basicamente, a discussão girou em torno de um problema antropológico interessante: as

festas tradicionais brasileiras devem preservar suas tradições? Disse Astrid: “Vou pra São João pra dançar o forró com meu amendoim cozido. Cheguei lá, era uma festa de axé. Não, não dá”. Com ares de especialista, Prioli atravessou Astrid alegando o seguinte: “Não dá pra você. Mas parte de um juízo subjetivo seu. O que você estava esperando era chegar lá e encontrar outra coisa”. Sim, esperando encontrar festa de São João. Ora, continua Prioli:

*“O que talvez as pessoas estivessem esperando é justamente o que foi oferecido. Eu acho que é muito legal a frase: ‘o povo sabe o que quer, mas às vezes o povo quer o que não sabe’. Mas a gente precisa tomar cuidado com quem é que vai dizer o que o povo quer e não sabe. Porque senão a gente se coloca no lugar de dirigir o que as pessoas vão consumir a partir do nosso sentimento subjetivo. Acho que o que vale a pena pensar primeiro é: O*

*que é o São João tradicional? Porque o São João do Brasil também bebe em fontes de um São João que vem da Europa com os colonizadores da tradição católica, que por sua vez bebe da fonte da tradição pagã que celebrava a colheita. Então, qual é o marco temporal que a gente vai estabelecer pra dizer o que é?*

O erro do argumento de Prioli é muito simples: achar que uma tradição cultural é determinada por gostos pessoais. Na tentativa de intelectualizar uma conversa simples acerca da importância de se preservar uma tradição, ela psicologizou a cultura. Como se a cultura fosse apenas a expressão de gosto individual das pessoas.

As tradições culturais são moldadas pelas experiências históricas e ambientais de um grupo, e são adaptadas e modificadas ao longo



do tempo. De fato, a tradição cultural é dinâmica e está em constante transformação, à medida que os indivíduos e grupos interagem com outros contextos culturais. No entanto, não se trata de um processo de pura satisfação psicológica.

Há um nível de realidade objetiva na manifestação de uma tradição cultural e Astrid, segundo seu bom senso, estava consternada com a perda dessa realidade. Não à toa sua resposta para Prioli foi:

*“Não tenho problema para falar ‘pra mim é’, porque eu estou dando a minha opinião, e minha opinião não é a opinião de todo mundo, mas é opinião de muita gente que quer manter a tradição e não quer perder essa parte da história, sobretudo nordestina, tão forte, tão bonita e que movimenta realmente muita coisa. A prefeitura pode contratar*

*quem ela quiser, mas ela não pode esquecer da família, do coreto, da fogueirinha, do licor de Jenipapo sem Rótulo, mas que é genial... isso é tradição brasileira. Essa é a minha defesa.”*

Exato: o “pra mim é” de Astrid não se refere a uma experiência subjetiva de gosto, mas a uma percepção da própria cultura como realidade, e uma realidade que precisa ser constantemente construída e preservada.

*Autor: Francisco Razzo é professor de filosofia, autor dos livros "Contra o Aborto" e "A Imaginação Totalitária", ambos pela editora Record. Mestre em Filosofia pela PUC-SP e Graduado em Filosofia pela Faculdade de São Bento-SP. \*\*Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.*



Voltar ao índice



## Filipe Figueiredo



*Dois homens posam para foto em frente à sede do Grupo Wagner, em São Petersburgo, na terça-feira (27) | Foto: EFE/ANATOLY MALTSEV*

# O que você precisa saber sobre o motim do Grupo Wagner e a disputa de poder na Rússia

A virada da sexta-feira, dia 23, para sábado, dia 24, foi um dia tenso na Rússia. Por cerca de um dia, o país enfrentou um motim do Grupo

Wagner, exército privado que serve de braço extraoficial de instituições russas, como o exército e a presidência. Alguns mais alarmistas foram rápidos em declarar que se tratava de um golpe ou, pior, do início de uma guerra civil, mas não passou de um motim militar. Ainda assim, um evento delicado, que merece atenção e, principalmente, abre algumas possibilidades para o futuro próximo.

O Grupo Wagner é atualmente chefiado por Yevgeny Prigozhin. Dizer que Prigozhin é aliado de Putin é pouco, Putin o “criou”. Prigozhin foi de presidiário e trabalhador em bicos para um milionário fornecedor de serviços gastronômicos para o Kremlin, por vezes chamado de “chef de Putin”. Embora Prigozhin seja o administrador e, hoje, principal rosto do grupo, o fundador operacional da milícia foi o coronel Dmitry Utkin, ex-forças especiais

russas. O paradeiro de Utkin é atualmente desconhecido.

Ele era, ou é, simpatizante do nazismo. Seu codinome operacional era “Wagner”, nome do grupo e que homenageia Richard Wagner, o “compositor favorito de Hitler”. O compositor romântico morreu décadas antes da criação do partido nazista, mas até hoje sua imagem é indissociável do admirador que governou a Alemanha nazista. Até recentemente, o Grupo Wagner estava desempenhando um papel importante na guerra da Ucrânia, por diversos motivos, como a presença de ex-oficiais em suas fileiras.

O Grupo Wagner, hoje, remunera muito melhor do que as forças armadas russas regulares, embora não conte com os mesmos privilégios de carreira. Outras funções importantes do



grupo eram as logísticas e jurídicas, facilitando, por exemplo, o serviço militar de criminosos condenados. Basta a assinatura de um contrato e pronto. Meses atrás, um recrutador do Grupo Wagner foi gravado dizendo que, caso o interessado servisse na África, ele teria um bônus menor, mas “gastaria ele mesmo” o dinheiro.

### **Crise entre Grupo Wagner e o exército**

Caso o serviço fosse na Ucrânia, o bônus seria maior, mas “seus familiares é que vão gastar”. Isso permitiu uma grande mobilização de combate para o Grupo Wagner, possibilitando triunfos militares como a tomada de Bakhmut, o principal moedor de carne da guerra na Ucrânia. Nos últimos meses, o Grupo Wagner e as forças armadas russas passaram a ter diversos atritos: o Grupo Wagner reclamava de

falta de munição e de negligência pelo comando do exército russo.

Principalmente, integrantes do Grupo Wagner, que se chamam de "músicos", trocaram tiros com forças regulares russas e teriam sofrido um ataque aéreo em uma de suas bases. A gota d'água do azedar da relação veio duas semanas atrás, quando o Ministério da Defesa russo ordenou que todas as forças na Ucrânia ficassem legalmente subordinadas ao ministério, incluindo forças de repúblicas autônomas, como os chechenos, e o Grupo Wagner. A Chechênia aceitou a nova regra, o Grupo Wagner não.

O motim começou na sexta-feira, segundo Prigozhin, para evitar “o fim do grupo”. Ele exigiu as demissões de Sergei Shoigu, ministro da Defesa, e do general Valery Gerasimov, chefe

do Estado-Maior conjunto da Rússia, ambos supostamente responsáveis pelas crises dos últimos meses. Prigozhin frequentemente se refere a Shoigu por termos racistas, devido à origem parcialmente tuvana do ministro, um povo túrquico siberiano. Tais exigências do Grupo Wagner eram inaceitáveis.

Aceitar tais exigências seria o fim da autoridade de Vladimir Putin, ao fazer uma concessão sob o cano de uma arma. Shoigu é homem de confiança de Putin e extremamente leal. Ele assumiu o cargo em 2012, sucedendo Anatoly Serdyukov, que caiu após mexer em vespeiros sobre corrupção no exército. Principalmente, Serdyukov estava se tornando muito popular após a vitória na guerra contra a Geórgia, em 2008, e também devido ao impacto positivo na opinião pública de suas reformas. Shoigu não é uma ameaça a Putin.

## **Passo maior que a perna**

O general Gerasimov, por outro lado, chefia a principal instituição do establishment russo, o exército. Ou seja, Prigozhin comprou uma briga que sabia que não ganharia, com um homem de confiança de Putin e com o comandante do exército. Uma conclusão possível é que Prigozhin deu um passo maior que a perna. Outra possibilidade é que ele tenha agido acreditando que teria o apoio de Putin, ou que agia pelos interesses de Putin, o que seria indício de uma disputa interna ainda pouco conhecida do público.

O componente militar do motim ainda não pode ser totalmente compreendido e é importante tomar cuidado com informações soltas ou afirmações incisivas. Notícias de que guarnições russas não combateram integrantes do Grupo

Wagner não necessariamente querem dizer que tais guarnições se juntaram ao grupo ou apoiaram o motim, apenas que não queriam morrer à toa. Existem também relatos de que nem todos os integrantes do Wagner apoiaram o motim de Prigozhin.

O chefe do grupo é uma mistura de empresário com político e mafioso, não um líder militar. O que foi visualmente confirmado sobre o motim foi o abate de seis helicópteros russos e um avião de comando. Três dos helicópteros eram de monitoramento eletrônico. Além de serem equipamentos caros, esses equipamentos requerem tripulantes que exigem muito treinamento, com um prejuízo considerável. Ao menos 13 militares russos morreram, além de dois integrantes do Grupo Wagner.

O motim ocupou algumas cidades, como Rostov, no rio Don, e uma coluna de mercenários partiu rumo a Moscou, sem muita resistência. Putin fez um discurso televisionado, chamando o motim de traição e afirmando que medidas duras seriam tomadas. Comentar que Shoigu é uma figura leal e que Putin chamou Prigozhin de traidor não é trivial. A lealdade é a maior qualidade de uma pessoa, segundo o próprio Putin, que não aceitou falar com o “traidor” Prigozhin. Quem negociou pelo governo russo foi Nikolai Patrushev, conselheiro de Putin.

Prigozhin e o comando do Grupo Wagner sabiam que seria suicídio insistir. Gerasimov tem o exército e Putin tem os serviços de inteligência. O Grupo Wagner poderia causar mortes e destruição em sua marcha até Moscou, mas não conseguiria seus objetivos. Além disso,



um eventual golpe contra Putin, além de improvável, não teria apoio internacional, por mais chocante que seja escrever isso. Os EUA e a Ucrânia querem a Rússia enfraquecida, mas ninguém quer o caos reinando no país com o maior arsenal nuclear do mundo.

## **Acordo**

Alexander Lukashenko, ditador de Belarus, se tornou o rosto público do acordo costurado por Patrushev. Prigozhin foi para Belarus e os integrantes do Grupo Wagner terão três possibilidades: a incorporação ao Ministério da Defesa, um exílio temporário em Belarus ou a prisão. Algumas pessoas especularam que tudo teria sido orquestrado por Putin, mas não existem indícios disso, especialmente após seu discurso em vídeo e as escaramuças que ocorreram durante o avanço do Grupo Wagner.

Tudo teria sido uma manobra para o Grupo Wagner seguir para Belarus e, de lá, invadir a Ucrânia? A Ucrânia já foi invadida pelo norte, no início da guerra, e, hoje, a ameaça de um novo front é mais valiosa em manter o alerta das tropas ucranianas do que a abertura concreta do novo front. Além disso, considerando que o grupo agora será comandado pelo Ministério da Defesa, essa operação fica ainda mais improvável. Claro, não se trata de uma impossibilidade.

Existem também relatos de que a inteligência russa, controlada por Putin, ameaçou as famílias dos líderes do Grupo Wagner. Se isso aconteceu, obviamente não será tornado público, ao menos não tão cedo. Finalmente, a questão de ouro é se o grupo Wagner poderia ter tomado Moscou. Também improvável, especialmente pelo fato de que não sabemos

como seria o uso da força aérea contra o grupo e como seria o comportamento das forças que fazem a guarnição da capital.

Alguns outros pontos merecem análise.

Primeiro, Putin não pode simplesmente extinguir o grupo, especialmente pela importância do Grupo Wagner na política externa russa. Hoje, o grupo está presente no Sudão, na República Centro-Africana, na República Democrática do Congo e no Mali. É ator da atual guerra no Sudão, inclusive, tema de coluna recente aqui em nosso espaço. Segundo, mercenários não são confiáveis politicamente, já avisou Maquiavel, mas não são suicidas. Uma nova escalada é improvável.

## **Putin**

A imagem de Putin saiu abalada, tanto internacional quanto domesticamente. Na

prática, entretanto, o comando dele do aparato de Estado não esteve ameaçado. Ele deve focar nos abundantes problemas militares da Rússia no futuro próximo, para evitar mais problemas internos e mais prejuízos à sua imagem. Nesse sentido, se Shoigu cair num futuro próximo, usarão justificativas como “corrupção”, o que costuma ser o modus operandi das trocas ministeriais. Um cargo discreto também será bem-vindo.

Principalmente, dois aspectos precisam ser destacados. Primeiro, se a contraofensiva ucraniana conseguirá resultados nos próximos dias. Sucessos ucranianos fortalecerão o Grupo Wagner, que poderá ser visto como indispensável no front. Caso os ucranianos sejam detidos, é Gerasimov e seu exército que saem por cima. Segundo, Prigozhin provavelmente será juridicamente perdoado,

mas isso pouco significa. Ele foi chamado de traidor por Putin para todos assistirem.

Impunidade faria Putin parecer enfraquecido. Quem também foi chamado de traidor por Putin? Alexander Litvinenko, de destino conhecido. Prigozhin, no mínimo, deixará de existir politicamente. Ainda há muito o que se revelar sobre o último final de semana na Rússia, e as perguntas despertadas por esse episódio devem perdurar por algum tempo. No longo prazo, pode ser sido um dos primeiros embates entre os possíveis, ao menos em teoria, sucessores de Vladimir Putin no poder.

*Autor: Filipe Figueiredo é graduado em história pela USP, professor de política internacional, roteirista do canal Nerdologia e criador dos podcasts Xadrez Verbal e Fronteiras Invisíveis do Futebol, sobre política internacional e história. \*\*Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.*



[Voltar ao índice](#)



*Ministro Benedito Gonçalves, corregedor-geral do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) |  
Foto: Antonio Augusto/Secom/TSE*

## **Voto de Benedito no TSE extrapola sua competência e pode ampliar investigações contra Bolsonaro**

Por Wesley Oliveira

Além de votar pela inelegibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o ministro Benedito Gonçalves, corregedor-geral do Tribunal Superior Eleitoral



(TSE), determinou que o seu voto seja encaminhado ao Tribunal de Contas da União (TCU), à Procuradoria-Geral da República (PGR) e a ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Com isso, a decisão abre caminho para outras eventuais condenações contra o ex-presidente.

No julgamento no TSE, nesta semana, os ministros formaram maioria pela inelegibilidade de Bolsonaro por abuso de poder político e uso indevido de meios de comunicação em uma reunião com diplomatas estrangeiros, realizada no dia 18 de julho de 2022.

Ao determinar que seu voto seja encaminhado ao TCU, por exemplo, Benedito Gonçalves abre caminho para que o tribunal faça uma aplicação de multa como forma de Bolsonaro ressarcir o erário. Isso porque teria "lucrado" com a divulgação do evento da reunião com embaixadores.

Segundo Adriano Soares da Costa, advogado e professor de Direito Eleitoral, a fundamentação do voto do relator foi pelo uso indevido dos meios de comunicação para fins eleitorais, mas a transmissão da reunião é legítima, pois estaria entre as funções da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

"A própria fundamentação do voto foi de abuso de poder político e de uso indevido dos meios de comunicação para fins eleitorais. Então o TCU geraria uma cobrança pela veiculação de um ato da Presidência da República, que do ponto vista não eleitoral, é legítimo e próprio da função da Presidência e da própria existência da EBC. Então fica sem ter uma clareza quanto a isso", disse.

Costa argumenta que o objeto da ação não seria passível de condenação, pois é prerrogativa do presidente se reunir com embaixadores. Além

disso, o especialista explica que o voto de Benedito abre precedentes para casos futuros sobre abuso de poder político.

"O que se fez é um precedente perigoso para o futuro da democracia brasileira, que foi você criar o abuso de poder que não tem repercussão. Portanto, desidrata o conceito de abuso de poder. Tudo pode ser a abuso de poder e os atos da Presidência da República passam a ser sempre suscetíveis a gerar inelegibilidade", argumenta

Na mesma linha, Richard Campanari, advogado e membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep), acredita que o voto do ministro do TSE relativiza o crime de abuso de poder político. [O voto] abre um precedente muito perigoso e que traz uma carga de subjetividade muito ampla na avaliação de uma determinada conduta. Perde-se a tecnicidade para avaliar

efetivamente o abuso de poder político. Ou seja, o uso dos meios da máquina, da posição do agente público para se beneficiar numa campanha eleitoral", argumenta.

## **Voto de Benedito Gonçalves pode reforçar investigações contra Bolsonaro no STF**

Além de encaminhar o voto para o TCU, a decisão de Benedito Gonçalves pode ser incorporada a outros inquéritos contra Bolsonaro que tramitam no Supremo. Entre eles, dois inquéritos conduzidos pelo ministro Alexandre de Moraes e que apuram os atos de 7 de setembro de 2021, além dos referentes aos atos de vandalismo em Brasília de 8 de janeiro deste ano.

"O voto de Benedito Gonçalves, principalmente com a manutenção da chamada "minuta do golpe" apreendida na residência do [ex-ministro] Anderson Torres, amplia o rol de provas contra o

ex-presidente em relação aos ataques contra os demais Poderes, sobretudo ao Judiciário, e ao sistema de votos no país. Com isso, aumenta-se a possibilidade de condenação de Bolsonaro em outras esferas", explicou Antônio Carlos de Freitas Junior, mestre em direito constitucional pela Universidade de São Paulo.

A inclusão no processo da minuta apreendida pela Polícia Federal que tratava da decretação de um estado de defesa após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é questionada pelos advogados de Bolsonaro.

Benedito disse que inserir o documento não contraria a tese firmada no julgamento que absolveu a chapa Dilma Rousseff/Michel Temer, em 2017.

"A admissibilidade do decreto de estado de defesa não confronta, não revoga e não contraria a nossa

jurisprudência", afirmou, repetindo entendimento manifestado anteriormente.

Apesar de Benedito fazer essa negativa simples, baseada apenas em sua autoridade de ministro, a decisão de incluir o documento vai contra a jurisprudência que preservou os direitos políticos de Dilma.

Na ocasião, provas que não se relacionavam diretamente com o fato julgado não foram consideradas ao se chegar a uma sentença.

## **PGR pode reabrir inquérito sobre reunião de Bolsonaro com embaixadores**

Em outra frente, a Procuradoria-Geral da República (PGR) poderá eventualmente reabrir o inquérito para apurar as ações do então presidente Jair Bolsonaro durante o encontro com os embaixadores.



Em seu voto, Benedito Gonçalves recomenda a “análise de eventuais providências na esfera penal”, uma vez que a subprocuradora-geral Lindôra Araújo já havia solicitado ao STF que fosse arquivada uma investigação criminal sobre o evento.

Para o analista Adriano Soares da Costa, não cabe nova análise ao caso, tendo em vista que já houve uma manifestação da Procuradoria Geral da República dizendo que não houve ilicitude praticada pelo ex-presidente.



[Voltar ao índice](#)



*Tarcísio de Freitas, governador do Estado de São Paulo | Foto: Foto: Fernando Nascimento/Governo do Estado de São Paulo*

## Os bastidores da derrota do governador Tarcísio ao tentar mudar a TV Cultura

*Por Luisa Purchio*

Após quase seis meses de Tarcísio de Freitas (Republicanos) à frente do governo de São Paulo, as críticas à linha editorial da TV Cultura, emissora da Fundação Padre Anchieta, se mantêm principalmente por aqueles que apoiaram a

candidatura de Tarcísio com base nos valores conservadores que ele defende.

Como uma emissora pública e que recebe recursos do governo estadual, a TV Cultura vem sendo questionada por manter uma linha editorial de esquerda, principalmente em seu jornalismo, através dos convidados e entrevistadores de programas como o Roda Vida e o viés das reportagens do noticiário.

As tentativas do governo Tarcísio, por sua vez, de aumentar a pluralidade de ideias acrescentando nomes de direita na organização, por enquanto, estão sendo fracassadas. O caso mais recente foi a indicação pela secretária de Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo, Marília Marton, do nome do cineasta Josias Teófilo para o Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta, que

tem entre as atribuições "estabelecer as diretrizes da programação".

Conservador, Josias ficou conhecido principalmente pelo filme O Jardim das Aflições, sobre Olavo de Carvalho e a filosofia dele. Após a apresentação de seu nome, no entanto, a reação de integrantes do conselho foi de repugnância.

*"Alguns membros do conselho falaram que não sentariam comigo de jeito nenhum e, se fosse eu o indicado, eles renunciariam".*

## **Cineasta Josias Teófilo**

"Detalhe que eles não sabem nada sobre mim, a única coisa que sabem é que fiz um filme sobre o Olavo", diz Teófilo. A secretária, porém, que na ocasião reclamou sobre a falta de diversidade do

conselho, afirmou que continuará insistindo no nome de Teófilo.

No lugar dele lugar, Marton indicou então o nome de Aldo Valentim, que foi secretário nacional de Economia Criativa na gestão de Jair Bolsonaro (PL). Em uma eleição que teve atipicamente a participação de todos os membros do conselho, Valentim foi eleito com 70% dos votos, o menor índice entre todos os outros oito nomes indicados.

## **Bastidores da TV Cultura**

Em conversa com especialistas em comunicação e integrantes do conselho, a avaliação é que a linha editorial da TV Cultura não é passível de influência direta das gestões à frente do governo do estado devido à própria estrutura organizacional.

Na Empresa Brasil de Comunicação (EBC), por exemplo, responsável pela TV Brasil, os membros

do Conselho de Administração e a Diretoria Executiva são indicados diretamente por ministros do Executivo Federal e pelo presidente da República, o que permite uma influência política direta na programação.

Já o Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta tem 47 membros na composição, sendo 20 "integrantes natos", entre eles reitores de universidades, presidentes de sociedades e fundações e secretários municipais e estaduais de São Paulo. Além deles, há três nomes vitalícios, um escolhido entre os funcionários e os 12 demais são eletivos. O presidente é eleito entre os membros.

Outro ponto a ser considerado é que o conselho não tem função "executiva" direta na programação da emissora, mas apenas define parâmetros gerais.

Dessa maneira, a escolha dos conteúdos veiculados ficaria a cargo dos próprios profissionais que estão



no dia a dia da emissora. De acordo com ex-funcionários da empresa, esses são admitidos na maioria por indicação de colegas, mantendo assim o perfil ideológico majoritariamente "de esquerda".

Questionada sobre como são escolhidos os conteúdos veiculados, a emissora respondeu à Gazeta do Povo que "tem uma Diretoria Executiva formada exclusivamente por profissionais experientes que já atuaram em outras grandes emissoras. Juntamente com uma equipe competente de colaboradores, faz uma programação voltada a todos os públicos, com imparcialidade, independência e respeito à diversidade cultural, social, racial e de gênero."

Sobre a influência que o governo do estado de São Paulo tem sobre a emissora, a assessoria de imprensa do veículo respondeu à Gazeta do Povo

que "a TV Cultura e as Rádios Cultura são públicas e educativas, não são rádios e televisão estatais. Embora dependam parcialmente de recursos públicos, as emissoras também geram receitas próprias. A independência, a imparcialidade e, principalmente, a autonomia serão sempre marcas da emissora."

Apesar destas declarações, a avaliação nos bastidores é que o governo Tarcísio poderia influenciar de maneira mais contundente na emissora por meio do repasse de verbas. Caso a programação desagrade demais, ela poderia ser reduzida como "moeda de troca" para um viés editorial mais favorável.



[Voltar ao índice](#)



*O governador democrata da Califórnia, Gavin Newsom, ao lado da correligionária Kamala Harris, ex-senadora californiana e atual vice-presidente dos Estados Unidos, na Cúpula das Américas em Los Angeles, em junho de 2022 | Foto: EFE/Alberto Valdés*

## **Dois terços dos californianos afirmam que estão pensando em deixar o estado**

*Por Dan Hart*

Uma nova pesquisa revelou que quase dois terços dos residentes da Califórnia consideraram recentemente se mudar do estado americano.

A pesquisa destaca crescentes frustrações que os californianos estão sentindo em relação a políticas

estaduais relacionadas ao aumento do custo de vida, da criminalidade e da polarização política e preocupações sobre direitos dos pais.

O levantamento apontou que 40% dos residentes do estado dizem que “estão levando um pouco ou muito a sério a possibilidade de se mudar”, com outros 24% “dizendo que estão pensando nisso, mas não muito a sério”.

A principal razão apresentada pelos entrevistados para querer deixar o Golden State (Estado Dourado, apelido da Califórnia) foi o custo de vida, com 61% dizendo que está muito alto. De acordo com o serviço online de busca de imóveis RentCafe, o custo geral de vida na Califórnia é 39% superior à média nacional, com custos de moradia em média 102% maiores e serviços públicos 22% mais caros.

A criminalidade no estado também aumentou nos últimos anos, exacerbada, segundo críticos, por políticas negligentes de aplicação da lei.

Em abril, a rede de supermercados Whole Foods anunciou o fechamento da sua maior loja no centro de São Francisco para “garantir a segurança” dos funcionários, após inúmeros relatos de roubos frequentes e de seringas e cachimbos de crack encontrados nos banheiros da unidade.

A cidade teve um aumento de 23% dos crimes contra o patrimônio entre 2020 e 2022, principalmente roubo e furto.

A legislação da Califórnia estabelece que o roubo de itens com valor de até US\$ 950 é considerado apenas contravenção, “o que significa que a polícia provavelmente não se preocupará em investigar e, se o fizer, os promotores deixarão o caso passar”, afirmou Lee Ohanian, professor e pesquisador do think tank Hoover Institution.

Particularmente preocupante para os pais na Califórnia, uma série de projetos de lei (já aprovados ou ainda em tramitação) no Legislativo estadual visa

reverter direitos parentais de direcionar a educação dos seus filhos.

Atualmente, políticos do Partido Republicano contestam uma lei estadual que determina que uma mudança de identidade de gênero anunciada por uma criança ou adolescente na escola não deve ser informada aos seus pais.

Outra lei tornou a Califórnia o primeiro estado americano a permitir que menores se tornem tutelados do Estado se fugirem para o território californiano para realizar procedimentos irreversíveis de transição de gênero contra a vontade dos pais.

Outro projeto de lei, ainda em debate no Legislativo, autorizaria a remoção de crianças e adolescentes da casa dos pais por “abuso infantil” se estes se negarem a reconhecer a identidade de gênero escolhida pelos filhos.

O projeto de lei levou o senador estadual republicano Scott Wilk a declarar em uma audiência: “Se você ama seus filhos, precisa fugir da Califórnia”.

Jonathan Keller, presidente do Conselho da Família da Califórnia, concordou, apontando que a grande maioria dos projetos de lei controversos sendo debatidos no Legislativo californiano diz respeito à sexualidade e identidade de gênero de crianças e adolescentes.

“Calculo que [estamos monitorando] quase 40 projetos de lei no estado da Califórnia que tratam de diferentes tipos de questões”, explicou Keller, durante um recente episódio do podcast Outstanding, do The Washington Stand.

“A maioria deles está especificamente relacionada à orientação sexual e à identidade de gênero. [...] O que se está cogitando é colocar essas decisões nas mãos de jovens que ainda estão se desenvolvendo emocionalmente. Eles são emocionalmente



vulneráveis. Eles acreditam que os adultos estão preocupados com os seus interesses. E quando dizem: ‘Seus pais na verdade não estão preocupados com os seus interesses. Na verdade, eles não querem que você viva seu ‘eu’ verdadeiro e autêntico. [...] Sabemos melhor o que é melhor para você do que os seus pais’. Bem, isso é extremamente, extremamente perigoso”, acrescentou.

Centenas de milhares de californianos já deixaram o estado.

O Departamento de Finanças da Califórnia revelou recentemente que o estado sofreu uma perda líquida de 800 mil habitantes nos últimos três anos.

Conforme apontado pelo jornal Epoch Times, “esse declínio populacional recente não tem precedentes, pois o Golden State viu o número de habitantes crescer consistentemente por mais de um século”, até 2020.

“Observamos uma grande mudança no clima político do estado da Califórnia”, disse Keller, que destacou que a Califórnia não tem um governador republicano conservador há quase 30 anos.

“Podemos observar, apesar do fato de ainda termos um número esmagador de eleitores conservadores, que suas vozes estão sendo silenciadas e seus valores estão sendo atacados em um ritmo realmente alarmante. [...] É fácil se posicionar sobre o que é correto, mas é muito mais difícil lutar contra algumas das insanidades que estão saindo do Legislativo em Sacramento [capital californiana]”, afirmou.

© 2023 The Daily Signal. Publicado com permissão.  
Original em inglês.



[Voltar ao índice](#)



*Sir Roger Scruton (1944-2020), filósofo conservador britânico, disse que “A felicidade não vem da busca do prazer, nem é garantida pela liberdade, ela vem do sacrifício”.|  
Foto: Fronteiras do Pensamento*

## **Ricos ou pobres, conservadores são mais felizes, conclui estudo com quase dois milhões de pessoas**

Por Eli Vieira

Uma revisão de 1.627 estudos, envolvendo 1,8 milhão de pessoas de 121 países, confirma uma suspeita sugerida há anos na psicologia social: os conservadores são mais felizes. A metanálise

conduzida por um grupo de psicólogos, cuja publicação prévia foi feita domingo (25), também traz um resultado novo: o status social elevado não é a razão pela qual uma pessoa conservadora tende a ser mais feliz, uma vez que o mesmo efeito é encontrado entre indivíduos de status mais baixo.

Em geral, a relação entre o conservadorismo, que os autores chamaram de “ideologias que apoiam o status quo”, e o bem-estar psicológico foi baixa e positiva, mas bastante significativa. Isso quer dizer que ser conservador eleva levemente a chance de bem-estar, e o efeito é observado com tamanha consistência que é extremamente improvável (chance menor do que uma em mil) de o resultado ser fruto do acaso.

Quando resultados do tipo foram observados antes, alguns pesquisadores propuseram que isso se explicaria pela hipótese da justificação do sistema

mediada pela estratificação social. A visão até então era a de que, se uma pessoa não considera a sociedade injusta, é porque é rica, ou seja, beneficiária do status quo. A metanálise derruba essa ideia: para conservadores ricos e pobres, a satisfação com a vida e a felicidade nada têm a ver com a conta bancária. Também não foi observada diferença entre os sexos.

### **Detalhando os resultados**

Entre os quase dois milhões de participantes, há um excesso de pessoas de países ocidentais (o que não foge do esperado, dadas as diferenças de produção acadêmica entre os países) com bons índices de educação, industrialização, riqueza e democracia. A relação entre bem-estar mental e conservadorismo foi marginalmente maior nesses países, mas ainda positiva no resto do mundo.

Outro enviesamento presente em estudos de psicologia é a prevalência de estudantes de graduação entre os participantes. Os autores da metanálise também levaram isso em conta, concluindo que o efeito é maior nos graduandos do que nos não graduandos. Entre os que não são estudantes, a relação é basicamente a mesma que a do resultado geral. Já entre os estudantes, a relação entre felicidade e tradicionalismo foi moderada, ou seja, maior que a média geral.

Quando a ideologia com a qual os participantes concordavam comunica de forma direta que há justiça e legitimidade na organização social, aumentava a relação com o bem-estar psicológico, elevando para moderada (em comparação ao efeito geral baixo, mas positivo) a conexão entre conservadorismo e satisfação subjetiva.

A revisão descartou que os pesquisadores dos mais de mil estudos tenham publicado somente confirmações para suas hipóteses, de modo a aumentar a confiabilidade dos resultados.

### **Autores comentam suas descobertas**

Assinam a revisão os psicólogos Salvador Vargas Salfate, Julia Spielmann e D. A. Briley, da Universidade de Illinois em Urbana-Champaign. O estudo, que ainda não foi submetido a uma revista científica, encontra-se em um banco de artigos preliminares.

O estudo aponta uma correlação de 7% entre felicidade e conservadorismo. Embora pareça um efeito pequeno, os autores recordam que, em ciência psicológica, a classificação “baixa” é em parte arbitrária. Para efeito de comparação, eles lembram que outra associação bem aceita pelo senso comum – felicidade e apoio social (ter por



perto pessoas com as quais se pode contar) – alcança apenas o dobro deste índice em estudos da área.

O resultado mostra, no entanto, que a ideologia não parece ser o que mais importa para a felicidade. “O bem-estar subjetivo depende de como os indivíduos avaliam as próprias vidas e de como experimentam emoções específicas”, ponderam os autores. Quanto a indivíduos conservadores de baixo status social tenderem a considerar sua sociedade justa e legítima, os cientistas especulam que isso significa que eles se sentem felizes porque interpretam que “sua posição de desvantagem nesses sistemas deve ser atribuída a eles próprios”, o que dá uma sensação de controle do próprio destino.

Os próprios autores confessam surpresa diante do resultado de que o conservadorismo associado ao

bem-estar não é exclusivo de pessoas com alto status. “Um indivíduo que está em desvantagem em uma dada área”, ponderam, “pode endossar uma forma da justificação do sistema que o beneficia em uma outra área”. Em suma, as ideologias que não pregam a derrubada, mas a reforma dos sistemas atuais — o que presume que são mais positivos que negativos e, por isso, também devem ser conservados — são adotadas pelos indivíduos por diferentes razões, que não se limitam ao seu status social atual.



[Voltar ao índice](#)

## PARA SE APROFUNDAR

- [Como Chávez fechou um canal de TV na Venezuela sob a alegação de “golpismo”](#)
- [Agricultura brasileira está entre as que menos recebem auxílio direto do governo](#)
- [Brasil vai precisar de nova reforma da Previdência, diz Banco Mundial](#)
- [Ata revela que diretores do BC divergem sobre próximos passos da política de juros](#)
- [Sem novos quadros, PT de Lula vai priorizar alianças nas eleições municipais de 2024](#)
- [Censo IBGE: População cresce 6,5% e chega a 203 milhões de habitantes](#)
- [Lula quer usar o banco do Brics para socorrer o governo de Fernández na Argentina](#)

## COMO RECEBER

As edições da Gazeta do Povo Revista vão estar disponíveis para download em PDF pelos nossos assinantes todos os sábados pela manhã no site do jornal. Também é possível se inscrever, para ser lembrado de baixar o arquivo, pelo [Whatsapp](#) ou pelo [Telegram](#). Se preferir receber por e-mail, você pode se inscrever na [newsletter](#) exclusiva para receber o link de download.

## EXPEDIENTE

A Gazeta do Povo Revista é uma seleção de conteúdos publicados ao longo da semana no nosso site. Curadoria e formatação: Carlos Coelho, Glaydson Donadia e Marcela Mendes. Estagiária: Maria Eduarda Souza Mendes. Conceito visual: Claudio Cristiano Gonçalves Alves. Coordenação: Patrícia Künzel.

## APLICATIVO

Caso seu acesso seja via aplicativo iOS, só é possível visualizar o pdf. Para fazer o download, recomendamos o uso do navegador de internet de seu celular.



Voltar ao índice